

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 6 – Número 0349 – 01/04 à 05/04/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

[Movimento Abril Verde ressalta a relevância da cultura de segurança e saúde no trabalho](#)

Fundacentro - 02/04/2024

Especialmente no mês de abril, o Movimento Abril Verde tem como objetivo disseminar e conscientizar os empregadores, trabalhadores e toda a população sobre a implantação de ações de prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Desde sua criação, estudos indicam que houve um aumento na compreensão dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, com a adoção de técnicas de segurança no ambiente de trabalho e a supervisão e regulamentação por parte das autoridades competentes.

Segundo especialistas, investir em iniciativas de prevenção de incidentes e enfermidades relacionadas ao trabalho é capaz de assegurar um ambiente laboral mais seguro e saudável. A Fundacentro apoia o Movimento, pois sua finalidade vai ao encontro dos objetivos da instituição, que incentiva a cultura de SST através de iniciativas, pesquisas, treinamentos e estudos para melhorar as condições de trabalho e diminuir os riscos de acidentes laborais.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Supremo é iluminado de verde em adesão à campanha por segurança do trabalho](#)

Supremo Tribunal Federal - 02/04/2024

Ao longo de todo o mês de abril, o edifício-sede do Supremo Tribunal Federal (STF) estará iluminado de verde em alusão ao Abril Verde, campanha que alerta para a prevenção de acidentes e de doenças no ambiente de trabalho.

[Norma coletiva afasta pagamento de horas extras a representante comercial de cigarros](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/04/2024

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou a Souza Cruz Ltda. de pagar horas extras a um representante de marketing. Para o colegiado, deve ser respeitado o acordo coletivo que afasta a aplicação das normas de controle de jornada sobre a categoria de vendedores e viajantes em São Paulo.

[Vendedora consegue anular pedido de dispensa durante gravidez sem homologação sindical](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/04/2024

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho anulou o pedido de demissão feito por uma vendedora da Amony Comércio de Artigos Infantis, pequena empresa de São Paulo, que estava grávida na ocasião. A nulidade decorreu do fato de a rescisão não ter sido homologada por sindicato ou autoridade competente, como determina a CLT, quando se trata de pedido de demissão de pessoa com direito à estabilidade.

[Empregado xingado de “burro” em mensagem de áudio deverá ser indenizado por danos morais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/04/2024

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a IMOB Comércio de Peças e Acessórios para Celular, em Curitiba (PR), a indenizar em R\$ 5 mil um vendedor vítima de assédio por ter sido xingado de burro pelo supervisor em mensagem de áudio. Para o colegiado, a conduta da empresa foi grave e inadmissível.

[Abril Verde: Justiça do Trabalho ressalta a necessidade de ambientes laborais seguros](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/04/2024

Durante o mês de abril, a sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em Brasília, será iluminada de verde como parte das ações da campanha Abril Verde. Essa iniciativa não apenas aumenta a visibilidade da importância do engajamento de toda a sociedade em medidas para prevenir acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, mas também mostra a urgência de ter ambientes laborais seguros e saudáveis.

[Sindicatos de SC não podem fazer acordo flexibilizando base de cálculo de cotas legais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/04/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu decisão que havia proibido sindicatos dos setores de asseio e conservação e de segurança privada de Santa Catarina de fazer instrumentos coletivos que flexibilizam a base de cálculo das cotas legais de aprendizagem e de pessoas com deficiências. No exame do caso em recurso em mandado de segurança, o colegiado avaliou que a mitigação das cotas está entre as matérias que não podem ser negociadas coletivamente, de acordo com a CLT.

[Soluções conciliadas em centros especializados da Justiça do Trabalho movimentaram mais de R\\$ 7 bilhões em 2023](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/04/2024

A resolução de processos trabalhistas por meio de acordos movimentou mais de R\$ 7,3 bilhões nos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Cejuscs) da Justiça do Trabalho, em 2023. Do total, R\$ 6,9 bilhões correspondem a 122,1 mil acordos homologados pelos Cejuscs dos Tribunais Regionais do Trabalho. Outros R\$ 420 milhões foram conciliados em 1,5 mil processos que passaram pelo Cejusc do Tribunal Superior do Trabalho.

[Norma coletiva pode permitir desconto salarial de banco de horas negativo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/04/2024

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a validade de uma norma coletiva que autorizava o desconto de banco de horas negativo ao final de cada período de 12 meses ou nas verbas rescisórias em casos de pedido de demissão ou dispensa por justa causa. De acordo com o colegiado, essa disposição normativa não trata de direito absolutamente indisponível assegurado pela Constituição Federal e tratados internacionais ou em normas de saúde e segurança no trabalho e, portanto, pode ser limitado por meio de negociação coletiva.

[Seminário da Justiça do Trabalho vai debater impactos da informalidade na saúde e segurança do trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/04/2024

O Programa Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho vai promover, nos dias 23 e 24 de abril, o "Seminário Democracia é inclusão: impactos da informalidade na saúde e segurança do trabalho". As [inscrições já estão abertas](#) e o evento será realizado no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília.

Notícias do Executivo

[MTE atualiza o Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 05/04/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretária de Inspeção do Trabalho, publicou, nesta sexta-feira (5), a atualização do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão. O documento é conhecido como “Lista Suja”. Nesta edição, um total de 248 empregadores foram adicionados ao Cadastro, representando o maior número de inclusões já registrado na história. Dentre esses, 43 foram inseridos devido à constatação de práticas de trabalho análogo à escravidão no âmbito doméstico.

[Ministério do Trabalho e Emprego realiza 1º Fórum do Trabalho Decente e Sustentável no Maranhão](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 04/04/2024

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Maranhão (SRTE/MA) realizou, no dia 27 de março, o I Fórum do Trabalho Decente e Sustentável, em São Luís. O evento reuniu representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério Público do Trabalho, da classe patronal e de entidades laborais em um esforço conjunto para discutir a promoção de ações que gerem um ambiente de trabalho mais seguro, inclusivo e equitativo para os trabalhadores.

[Nações do G20 têm consenso raro sobre igualdade de gênero e a promoção da diversidade](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 04/04/2024

O rufar dos tambores, na manhã de quarta-feira (27) passada, propiciado pelo energético grupo Batalá – formado somente por mulheres, na entrada do Serpro, próximo à Esplanada dos Ministérios, na região central de Brasília (DF), foi o prenúncio do que aconteceria naquele espaço por dois dias subsequentes. O som ancestral recepcionava os cerca de 200 delegados que chegavam para a 2ª Reunião Técnica do Grupo de Trabalho sobre Emprego, do G20 Brasil. Encontro que já nasceu histórico por abrigar os raros consensos no mundo das relações multilaterais, principalmente nos dias finais do encerramento do mês das celebrações em torno dos Direitos das Mulheres.

[Pesquisas apontam que as desigualdades persistem no mundo do trabalho](#)

Ministerio do Trabalho e Emprego - 02/04/2024

As desigualdades de gênero no mundo do trabalho persistem, sendo necessário olhar os indicadores de forma territorial, além de aproveitar os recursos da Inteligência Artificial para diminuir essas brechas ao invés de aumentá-las. Duas pesquisas com essas temáticas foram apresentadas na última rodada de discussão da 2ª Reunião Técnica do Grupo de Trabalho sobre Emprego, do G20 Brasil, realizada em Brasília (DF), no dia 28, que teve como objetivo combater às desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

[Mudanças climáticas afetam a Saúde e Segurança no Trabalho](#)

Fundacentro - 04/04/2024

Efeitos fisiológicos provocados pela exposição ocupacional ao calor, aclimatização do trabalhador e legislação brasileira. São esses alguns dos assuntos apresentados no [Guia “Exposição ao calor em trabalho a céu aberto – Guia de orientações gerais”](#). O material está disponível para download na biblioteca da Fundacentro. Os desafios das mudanças climáticas e o impacto da elevação da temperatura também precisam ser enfrentados no mundo laboral. A exposição ao calor excessivo tende a ser uma determinante para o aumento de doenças e acidentes relacionados ao trabalho, podendo até, em situações mais graves, levar a morte.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Abril Verde completa 10 anos de atuação em defesa da saúde e segurança no ambiente de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/04/2024

Cerca de 100 empresários e trabalhadores do Município de Arapiraca acompanharam a abertura da programação do Movimento Abril Verde, que chega ao seu 10º ano de atividades em defesa da saúde e segurança no ambiente de trabalho em 2024. Nesta sexta-feira (5), o público presente no auditório do Planetário, no Lago da Perucaba, assistiu a uma simulação de mal súbito no meio ambiente de trabalho, uma intervenção artística sobre doenças ocupacionais e palestras sobre assédio moral e subnotificações de acidentes laborais.

[Abril Verde: entidades são parceiras na programação em Arapiraca e Maceió](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/04/2024

As entidades que integram o Movimento Abril Verde em Alagoas abrem a programação de eventos voltados à saúde e segurança no trabalho nesta sexta-feira (5/4), em Arapiraca. Das 8h às 12h, será realizado um seminário no auditório do Planetário, no Lago da Perucaba, com palestras feitas por representantes do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

[Abril Verde reforça importância da prevenção e da notificação de doenças relacionadas ao trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/04/2024

“Adoecimento também é acidente do trabalho. Conhecer para prevenir”. Esse é o slogan da campanha Abril Verde 2024 do Ministério Público do Trabalho (MPT). Neste ano, a iniciativa busca esclarecer a sociedade sobre a importância da cultura de prevenção de doenças relacionadas ao trabalho e da notificação de casos para a criação de políticas públicas com foco na saúde do trabalhador e da trabalhadora. Durante o mês, estão previstas diversas iniciativas sobre o tema, entre elas seminários, audiências e iluminação de prédios e monumentos públicos. Além disso, será divulgada campanha nas redes sociais da instituição.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Em novo recorde histórico, 248 empregadores são incluídos na 'Lista Suja' do trabalho escravo](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 05/04/2024

Nesta sexta-feira, 5 de abril, o governo federal divulgou a nova “lista suja” que traz um recorde histórico com 248 novos nomes de empregadores - pessoas físicas (patrões) e jurídicas (empresas) - que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, essa é a maior inclusão já realizada na história. O recorde de inclusões já havia sido batido na última atualização, em outubro do ano passado, quando 204 empregadores foram adicionados à lista.

[CNM debate com integrantes do Grupo Móvel, eSocial e FGTS Digital a mobilização da categoria](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 03/04/2024

O Comando Nacional de Mobilização (CNM) se reuniu, em formato virtual, nesta tarde de quarta-feira, 3 de abril, com os Auditores-Fiscais do Trabalho integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), do eSocial e do FGTS Digital a fim de debater a mobilização e os próximos passos da categoria.

[Auditores-Fiscais do Trabalho embargam obra na MT-400 por risco de acidentes](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 01/04/2024

Auditores-Fiscais do Trabalho embargaram uma obra na rodovia MT-400, em Cuiabá, Mato Grosso. Eles constataram irregularidades nos serviços de escavação, que colocam em risco a vida dos trabalhadores, além da falta de segurança em andaimes. “O embargo se justifica pelas irregularidades encontradas na área onde os trabalhadores faziam escavações, pela ausência de proteção nos taludes e de proteções coletivas em escadas e andaimes. Ou seja, faltam estruturas de proteção, o que pode incorrer em acidentes com risco à integridade física dos operários”, informaram os Auditores- Fiscais.

[Brasil é cobrado no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas a restabelecer fiscalizações de combate à escravidão](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 01/04/2024

Em manifestação conjunta ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, as organizações não governamentais Conectas e Adere exigiram que o Estado brasileiro restabeleça as fiscalizações de combate ao trabalho escravo, paralisadas em razão da falta de valorização da Auditoria Fiscal do Trabalho. Os Auditores-Fiscais do Trabalho suspenderam as ações de combate à escravidão em janeiro deste ano, em protesto contra condições inadequadas de atuação e contra a demora do governo em cumprir acordo remuneratório firmado ainda em 2016.

Outras Notícias

[TST acompanha mudanças da sociedade ao aplicar Tema 725](#)

Consultor Jurídico - 07/04/2024

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), por meio de julgados recentes da 4ª e da 8ª Turmas, está pacificando o entendimento quanto à aplicabilidade do Tema 725 do Supremo Tribunal Federal, nos casos em que se discute o desvirtuamento de contratos de natureza civil.

[Novos paradigmas e desafios da terceirização do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 06/04/2024

A terceirização e a pejetização têm sido objeto de diversas discussões acaloradas nos tribunais trabalhistas e perante o Supremo Tribunal Federal. Apesar da existência de precedentes qualificados do STF, com trânsito em julgado, indicando a direção da questão sob o viés constitucional, fato é que a celeuma ainda persiste e apresenta pontos um tanto controvertidos, uma vez que, apesar dos referidos precedentes, ainda não há uma solução definitiva no Supremo, em razão de algumas divergências entre os ministros sobre o tema.

[Juiz não pode afastar norma sem declarar inconstitucionalidade](#)

Consultor Jurídico - 05/04/2024

Sem declarar a inconstitucionalidade de uma norma, o juiz não pode afastar sua aplicação. Com base nesse entendimento, o ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça cassou nesta sexta-feira (5/4) um acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) que afastou a aplicação do

artigo 82-A, parágrafo único, da Lei de Falências (Lei 11.101/2005).

[Sem estar na ação, empresa do mesmo grupo econômico não pode pagar custas](#)

Consultor Jurídico - 05/04/2024

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho considera inválido o recolhimento do depósito recursal ou das custas processuais por alguém estranho ao processo, ainda que seja uma empresa integrante do mesmo grupo econômico da recorrente. Assim, a 5ª Turma do TST rejeitou um recurso cujas custas processuais foram recolhidas por uma empresa que não faz parte da ação — embora pertença ao mesmo grupo econômico da ré.

[TST ordena pagamento de vale-cultura a funcionários dos Correios no TO](#)

Consultor Jurídico - 05/04/2024

O artigo 468 da CLT proíbe alterações de contratos individuais de trabalho que causem prejuízo ao empregado. Já de acordo com a Súmula 51 do Tribunal Superior do Trabalho, cláusulas regulamentares que revoguem ou alterem vantagens anteriormente concedidas só atingem os trabalhadores admitidos após as mudanças. Assim, a 5ª Turma do TST condenou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a dar continuidade ao pagamento do vale-cultura aos seus funcionários no Tocantins.

[Julgados do TST que espelham os limites da negociação coletiva](#)

Consultor Jurídico - 05/04/2024

As negociações coletivas receberam pela reforma trabalhista, em 2017, maior liberdade em fixar os conteúdos das normas que seriam observadas pelas empresas do setor econômico e que deveriam ser aplicadas aos empregados das respectivas categorias profissionais. Entretanto, a permissão legal deve encontrar limites que, aos poucos, a Justiça do Trabalho, quase sempre por iniciativa do Ministério Público do Trabalho, vem balizando os abusos nelas previstos.

[Que venha a nova reclamação pré-processual na Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 05/04/2024

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho aprovou na sua última sessão, em 22 de

março, no âmbito do procedimento de Ato Normativo CSJT-AN-801-46.2024.5.90.0000, a Resolução CSJT 377/2024, que disciplina as reclamações pré-processuais no âmbito da Justiça do Trabalho. Com isso, não apenas avança o conceito de Fórum Multipor-tas na Justiça do Trabalho, como também se consolida mais uma porta.

[Convenções coletivas não podem mudar cálculo de cotas de aprendizes e PcD](#)

Consultor Jurídico - 05/04/2024

As regras sobre cotas de aprendizagem e de pessoas com deficiência (PcD) — previstas, respectivamente, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Lei 8.213/1991 — não estabelecem, nem autorizam, restrições quanto à sua esfera de incidência ou à natureza das atividades desempenhadas pelo empregador. Já o artigo 611-B da CLT impede que convenções e acordos coletivos de trabalho suprimam ou reduzam medidas de proteção legal de crianças e adolescentes e critérios de admissão de trabalhadores com deficiência.

[Protesto interruptivo: marco inicial da contagem do prazo prescricional](#)

Consultor Jurídico - 04/04/2024

Indubitavelmente, um assunto que sempre desperta muita atenção, principalmente para a advocacia, é a questão envolvendo a contagem de prazos, assim como o instituto da prescrição que lhe é correlata. Dito isso, sabe-se que uma vez violado o direito nasce para a parte a pretensão de exigí-lo, de modo que tal exercício se derroga pela prescrição. Logo, questiona-se: o prazo prescricional pode ser interrompido? Em quais situações isso acontece? E, ainda, qual é o entendimento da Corte Superior Trabalhista sobre a matéria, inclusive após o advento da Lei nº 13.467/2017?

[Adicionais de periculosidade e insalubridade: aspectos jurídicos e práticas para evitá-los](#)

Consultor Jurídico - 03/04/2024

Os adicionais de periculosidade e insalubridade são pedidos frequentes em ações trabalhistas envolvendo indústrias das áreas de siderurgia, mineração, farmacêutica, têxtil e automação, que compõem o polo passivo dessas demandas. Ademais, ocupam o terceiro lugar de pedidos mais recorrentes no TST e em segundo lugar nos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª Região (SP) e da 3ª Região (MG).

[A reclamação pré-processual: inovações na Justiça do Trabalho e desafios](#)

Consultor Jurídico - 03/04/2024

O Conselho Superior de Justiça do Trabalho (CSJT), em sessão no último dia 22 de março, instituiu uma inovadora metodologia para a resolução de litígios denominada reclamação pré-processual. Essa iniciativa permite que tanto empregadores quanto empregados apresentem suas demandas ao Judiciário buscando a conciliação, que será validada por um juiz, sem que haja a formalização de um processo jurídico tradicional.

[A arbitragem trabalhista e a gigante Justiça do Trabalho do ministro Gilmar](#)

Consultor Jurídico - 02/04/2024

Óbvio que a fala do ministro não será bem vista pela magistratura do Trabalho, creio eu, pois soa como um desprestígio, um reconhecimento de que a Justiça do Trabalho seria uma massa disforme, talvez um câncer em progressão que avança sobre um mercado de trabalho já em metástase. Em resumo, Gilmar Mendes entende que a Justiça do Trabalho está superdimensionada e que, em alguns anos, deve haver algum tipo de ajuste para recolocá-la em seu habitat natural que, para o ministro, ao que parece, seria lidar com a tradicional relação de emprego.

[Dirigente sindical é demitido por justa causa por falar mal da empresa](#)

Consultor Jurídico - 02/04/2024

A 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso de um motorista de uma transportadora de Umuarama (PR) que foi demitido por justa causa após falar mal da empresa para o chefe por WhatsApp e, depois, mostrar as mensagens aos colegas, entre outras atitudes. A Justiça do Trabalho reconheceu que ele cometeu faltas graves que afastaram sua garantia de emprego por ser dirigente sindical.

[Prós e contras do trabalho terceirizado](#)

Consultor Jurídico - 01/04/2024

Cada vez mais comum, a terceirização de trabalhadores consiste no emprego de funcionários através de empresas especializadas, que são responsáveis por seleção, contratação e gestão desses profissionais. Uma das principais vantagens da terceirização é a redução de custos. Ao optar pelo intermédio de outra empresa, a contratante elimina encargos trabalhistas, benefícios e outras despesas com tais funcionários. Assim, pode concentrar seus esforços em suas atividades principais, enquanto a administração de pessoal fica a cargo da terceirizada.

[Divulgar vídeo de demissão gera multa a empregado? Advogados explicam](#)

Migalhas - 05/04/2024

Uma executiva de contas de uma empresa de tecnologia nos Estados Unidos viralizou ao filmar o momento em que estava sendo demitida de forma online. A funcionária foi chamada para conversar com o RH e decidiu gravar tudo e publicar no TikTok. O chefe não conversou com ela e os profissionais do RH não quiseram dar um motivo para o desligamento. O vídeo viralizou subindo a hashtag #layoffs e já conta com mais de 12 mil publicações e 300 milhões de visualizações.

[Juíza dispensa empresas de publicar relatório de salário](#)

Migalhas - 03/04/2024

Empresas do ramo da saúde poderão excluir publicações dos relatórios de transparência salarial sem aplicação de penalidades. A liminar foi proferida pela juíza Federal Pollyanna Kelly Maciel Medeiros Martins Alves, da 16ª vara Federal Cível da SJ/DF, ao concluir que decreto 11.795/23 criou obrigações que invadem a liberdade da atividade econômica e negocial das empresas privadas. Em 2023, o governo Federal publicou a lei 14.611/23, batizada de lei da igualdade salarial, que trouxe medidas voltadas à promoção da transparência de salários e critérios remuneratórios.

Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 34, DE 18 DE MARÇO DE 2024](#) (DOU de 01/04/2024 Seção I Pág. 76) - O sujeito passivo que apurar crédito de Contribuições Previdenciárias decorrente de decisão judicial transitada em julgado poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela RFB, mediante Declaração de Compensação, por meio do programa PER/DCOMP, ou, na impossibilidade de sua utilização, por meio do formulário de Declaração de Compensação, constante do Anexo IV, da Instrução Normativa RFB nº 2.055, de 2021, ressalvada a compensação de Contribuições Previdenciárias pelo sujeito passivo que não utilizar o eSocial para apuração das contribuições a que se referem os artigos 2º e 3º da Lei nº 11.457, de 2007, o qual, nessa hipótese, deverá informar a compensação em GFIP, correspondente ao mês de sua efetivação;

[PORTARIA MTE Nº 402, DE 28 DE MARÇO DE 2024](#) (DOU de 01/04/2024 Seção I Pág. 177) - Aprova as diretrizes básicas para o desenvolvimento de projetos, nos termos do disposto no art. 20 da Portaria MTE nº 3.222 de 21 de agosto de 2023, que instituiu o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ voltado ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a contribuir com sua formação geral, acesso e permanência no mundo do trabalho;

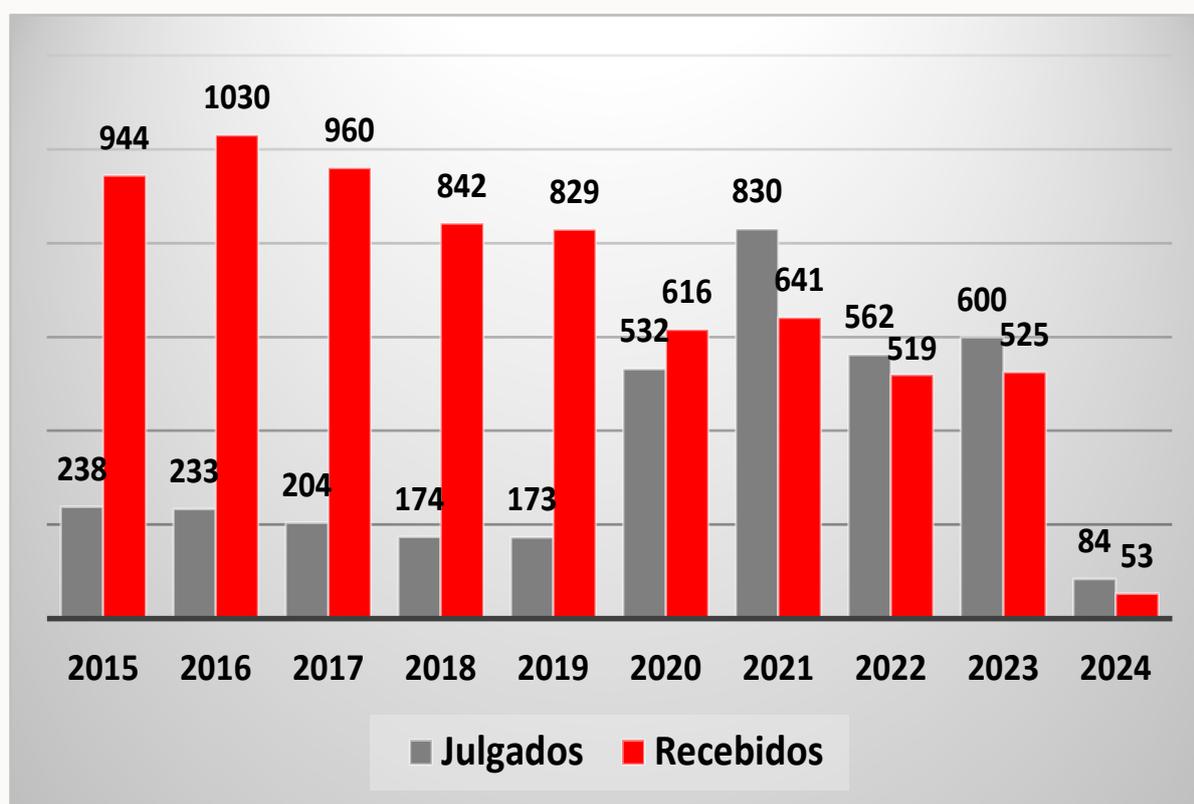
[PORTARIA SEMP/MTE Nº 443, DE 1º DE ABRIL DE 2024](#) (DOU de 02/04/2024 Seção I Pág. 115) - Dispõe sobre os critérios para apresentação de projetos relacionados à qualificação social e profissional para fomento de iniciativas da sociedade civil nos termos do Marco Regulatório da Organização da Sociedade Civil – MROSC;

[RESOLUÇÃO COFEN Nº 746, DE 20 DE MARÇO DE 2024](#) (DOU de 03/04/2024 Seção I Pág. 91) - Normatiza os procedimentos de enfermagem na contenção mecânica de pacientes;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 68, DE 2 DE ABRIL DE 2024](#) (DOU de 04/04/2024 Seção I Pág. 33) - Advogado Associado. Honorários. Incidência De Contribuição. Contribuição Previdenciária Patronal.

Dados estatísticos do TST

Série histórica de Dissídios Coletivos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho (TRTs e TST) no período de 2015 a 2024 (fevereiro):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advocacia

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula